



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL	-4. OUT 1979	ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR	
PAIS		PODER POPULAR	

o jornal

Montemor fica longe de Nova Iorque...

O mínimo que se pode dizer do discurso da Primeiro-Ministro na Assembleia Geral das Nações Unidas — é que se trata de um discurso de qualidade, de uma cidadã de Portugal, que se sabe assumir como cidadã do mundo. E falar de qualidade num país como o nosso — em que o banal e o mediocre são, e nos mais variados domínios, o amargo pão nosso de cada dia — não é pequeno elogio.

Maria de Lurdes Pintasilgo soube de facto, com sentido humanista e viado para o futuro, traçar um amplo e compreensivo quadro da situação internacional. E, ao mesmo tempo, com uma largueza de visão, clareza de propósitos e de linguagem, traçar os grandes parâmetros da nossa política externa e as posições do nosso país a propósito das mais importantes e candentes questões que interessam à comunidade mundial.

Além da referência concreta e explícita a muitas dessas questões — desde as da África Austral, às do Médio Oriente ou do Sudeste Asiático — a chefe do Governo português referiu-se em profundidade à ONU, à sua acção e ao seu código de conduta e a problemas tão delicados, que têm de ser frontalmente atacados, como o do desarmamento.

Quanto a este ponto, Lurdes Pintasilgo articulou-o, aliás, com um dos temas que lhe é caro, o da estratégia do desenvolvimento para o futuro, e desde já para a década de 80, sublinhando que tal estratégia «não é compatível com a actual política de corrida aos armamentos», e se os imensos recursos com eles despendidos não forem desviados para fins mais úteis, e menos perigosos, a «nova ordem mundial» não passará dum mito.

Esta nova ordem, «nova solidariedade mundial», ocupou boa parte da atenção e da intervenção da Primeiro-Ministro, que a essa problemática, mormente à luz da necessidade de um mais justo relacionamento entre as nações, entre o Norte e o Sul, se referiu e justificou, em grande medida, o muito interesse, nomeadamente enquanto embaixadora de Portugal na Unesco.

Destaque ainda, e em íntima relação com este último aspecto, para a forma como se referiu aos direitos do homem e dos povos (à liberdade, à paz, à pátria, à autodeterminação, etc.), salientando que «não é possível falar em termos mundiais quando não se afirma explicitamente o homem singular». E lembrando que ia de um país, que «desde o 25 de Abril liga indissolúvelmente as liberdades de cada português à solidariedade activa com todos os povos do mundo».

Enfim, e antes de citar com oportunidade e a propósito um grande poeta português, António Gedeão (como no seu discurso de posse já citara outros dois: Carlos de Oliveira e Miguel Torga), Lurdes Pintasilgo falando sempre, também, numa perspectiva de limpidez moral assinalável, defendeu esse novo ordenamento internacional, «do político ao económico, do social ao cultural», que nem por se situar «quase na vertente da utopia» deve ser abandonado. E disse, com justeza:

«Trata-se sobretudo da necessidade imperativa de juntos — pacientemente — desenharmos com fraternidade e à luz da nossa humana medida, o rosto que vem faltando ao relacionamento entre as nações.»

Ora, esta clareza de posições e sobretudo esta limpidez moral não se podem verificar só, ou sequer predominantemente, a nível externo e no que concerne à política internacional. Tem de se verificar ao mesmo tempo, ou antes de mais, em Portugal e para os portugueses.

Pois bem, não se nos afigura que o Governo de Lurdes Pintasilgo esteja a proceder, na ordem interna, sempre a essa altura, correspondendo à expectativa que se criou no sentido de que terminaria com algumas das mais flagrantes injustiças verificadas na nossa sociedade; já não quanto ao fundo, que este Executivo não pode atingir, mas no respeitante à correcção das situações mais gritantemente violadoras da nova ordem democrática ou da nova esperança que o 25 de Abril iniciou.

Deixando de parte certos aspectos — como o da situação da Comunicação Social estatizada, que, ao contrário do que se esperava, se mantém quase sem alteração mau grado as boas intenções do respectivo ministro (ler entrevista nesta edição), pensamos na questão da Reforma Agrária, a que as duas mortes de Montemor-o-Novo deram nova e dramática actualidade.

Medidas muitas vezes, e no mínimo, de legalidade duvidosa — no caso vertente, por exemplo, o reservatório ainda tem em seu poder propriedades que ultrapassam largamente a área consentida, sem que sejam expropriadas —, elas são, para além disso, profundamente injustas. Mormente quando se trata de pessoas que não viviam da terra e tinham as suas propriedades praticamente abandonadas, tendo sido os trabalhadores, desde sempre explorados e oprimidos naquela zona do país, que de novo as cultivaram e tornaram férteis.

Assim sendo, o mínimo que se pode exigir deste Governo é que aprecie casuisticamente os despachos do «duo» Vaz Portugal/Ferreira do Amaral, só depois os mantendo, ou anulando, que investigue e torne público o que se passa com a corrupção no MAP, cujos «fumos» nem o anterior ministro escondeu: que aplique equilibradamente a «Lei Barreto» na sua globalidade — ou que não aplique nada.

Ou seja: que a continuar as entregas de reservas, continue as expropriações — e, se não pode fazer estas, então também não prossiga aquelas; que não entregue reservas a quem pelo menos ainda tem em sua posse propriedades que ultrapassam as áreas permitidas; que não conceda reservas que tornam inviáveis as cooperativas ou UCPs, como a lei expressamente determina e não permita actos que levam só a mais desemprego e menos produção, a maior miséria e exploração no Alentejo, a qualquer forma de regresso ao passado.

A opção que se põe no Alentejo não é partidária, não é entre PC ou anti-PC — ainda que, para lá de uma efectiva implantação maciça dos comunistas naquela zona (e porque é que ela existirá?...), eles também aí tenham cometido muitos erros ou instrumentalizado muita gente, embora não mais que os partidos da direita nas respectivas áreas de influência — com a diferença de aí, decerto, os trabalhadores não terem conseguido melhorar as suas condições de vida...

A opção, muito simplisticamente, mas sem qualquer maniqueísmo, é entre esse passado — e o 25 de Abril, e o futuro. E entre a exploração e a justiça: é entre algumas dezenas de latifundiários ou grandes proprietários e muitas dezenas de milhares de trabalhadores.

E, esta opção, o Governo não pode deixar de a fazer com clareza. Obviamente, será mais atacado pela direita ou extrema-direita. Mas, isto se-lo-á de qualquer modo, como o Presidente da República — pois isso obedece a uma certa táctica eleitoral —, ainda que para isso tais sectores tenham de produzir textos ou tomar posições de uma indignidade, ou baixaza, como a propósito destes trágicos incidentes agora aconteceu.

o Futuro